

Instituto Carioca de Gestalt-Terapia

INTERVINDO NO SISTEMA FAMILIAR SOB O ENFOQUE DA GESTALT-TERAPIA

Natália Santana Araujo

Rio de Janeiro

2016

INTERVINDO NO SISTEMA FAMILIAR SOB O ENFOQUE DA GESTALT-TERAPIA

Monografia

Natália Santana Araujo

Pós-Graduação em Gestalt-Terapia
Especialização Clínica

Rio de Janeiro
Fevereiro / 2016

Natália Santana Araujo

INTERVINDO NO SISTEMA FAMILIAR SOB O ENFOQUE DA GESTALT-TERAPIA

Pós-Graduação em Gestalt-Terapia
Especialização Clínica

Aprovada em

Prof Ms. Teresa Cristina Gomes Waismarck Amorim

Prof. Gabriela Maldonado Cavalcante

RESUMO

ARAUJO, Natalia Santana. **Intervindo no sistema familiar sob o enfoque da Gestalt-terapia**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica em Gestalt-terapia) – Instituto Carioca de Gestalt-terapia, Rio de Janeiro, 2016.

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a intervenção terapêutica no sistema familiar. Para isso abordamos as modificações sofridas no contexto histórico e social da família ao longo dos séculos, as novas configurações familiares resultantes destas transformações e destacamos a contribuição da Gestalt-terapia para o atendimento clínico. Desta maneira, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca destes assuntos, tendo como teoria norteadora, como já mencionado, a Gestalt-terapia, enfatizamos seus principais aspectos, ressaltamos a Teoria de Campo como sendo a principal teoria que contribui para a compreensão da prática clínica, os modelos de resistências familiares e suas funções. Por fim, mencionamos o atendimento familiar na abordagem gestáltica, sua dinâmica, funcionamento e destacamos algumas das principais questões a serem trabalhadas com as famílias.

Palavra-Chave: Família; Gestalt-terapia; Terapia de Família.

ABSTRACT

ARAÚJO, Natalia Santana. **Intervindo no sistema familiar sob o enfoque da Gestalt-terapia**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica em Gestalt-terapia) – Instituto Carioca de Gestalt-terapia, Rio de Janeiro, 2016.

This work aims to analyze and discuss the therapeutic intervention in the family system. For this approach the changes undergone in the historical and social context of the family over the centuries, new family configurations resulting from these changes and highlight the contribution of Gestalt therapy for clinical care. Thus, we conducted a literature search on these issues, with the guiding theory, as already mentioned, Gestalt therapy, we emphasize its main aspects, we highlight the field theory as the main theory that contributes to the understanding of clinical practice, models of family strengths and their functions. Finally, we mention the family care in gestalt approach, its dynamics, functioning and highlight some of the main issues to be worked with families.

Key Words: Family; Gestalt-therapy; Therapy Family.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA E AS MUDANÇAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O SURGIMENTO DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS	10
2.1 Família do Século XV	10
2.1.1 Família do Século XVI	11
2.1.2 Família do Século XVII	12
2.1.3 Família do Século XVIII	13
2.1.4 Família do Século XIX	13
2.2 O Casamento	14
2.2.1 A Crise Conjugal e as influências nas novas configurações familiares	16
2.2.2 O Divórcio	17
2.3 Novas Configurações Familiares	18
3. TERAPIA DE FAMÍLIA SOB ENFOQUE DA GESTALT-TERAPIA	21
3.1 Um breve resumo da abordagem gestáltica	21
3.1.1 Teoria de Campo	22
3.2 Tipos de Resistência Familiar	24
3.2.1 A Resistência e Suas Funções	24
3.2.2 Famílias Dessensibilizadas	24
3.2.3 Famílias Projetivas	25
3.2.4 Famílias Introjetivas	26
3.2.5 Famílias Retroflexivas	27
3.2.6 Famílias Deflexivas.....	28

3.2.7	Famílias Confluentes	29
4	O ATENDIMENTO FAMILIAR NA ABORDAGEM GESTÁLTICA	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter sido meu guia durante toda essa caminhada. À minha mãe, por todos os ensinamentos transmitidos durante os belos momentos em que vivemos juntas. Ao meu pai, por todo amor, incentivo e zelo durante estes anos. À minha irmã, pela amizade de sempre. Ao Renan, pelo companheirismo e amor. À Giselle, por ter despertado em mim o amor pela Gestalt-terapia e pelo grande exemplo de profissional a ser seguido. Ao ICGT por ter me proporcionado ampliar meus conhecimentos e conhecer pessoas especiais. Enfim, meu muito obrigada a todos que acompanharam e contribuíram para a construção desta conquista.

1 – INTRODUÇÃO

Atualmente, podemos observar inúmeras transformações no que se refere ao tema família em nossa sociedade, entre elas podemos citar a redução do número de filhos, o aumento das famílias monoparentais, das uniões homoafetivas, entre outras. Essas mudanças estão, em sua maioria, relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho, ao casamento cada vez mais tardio, ao aumento significativo do número de divórcios e ao surgimento cada vez maior das famílias recasadas. Diante de todas essas modificações, nos interessamos pelo estudo da intervenção familiar sob o enfoque da Gestalt-terapia, uma vez que o contexto no qual a família está inserida é algo que precisamos estar cada vez mais atentos em nossos consultórios.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar e discutir as modificações sofridas no campo familiar do período medieval aos dias de hoje, ressaltando as relações familiares e suas transformações ao longo dos séculos. Utilizamos como referencial teórico os estudos psicossociais da família e a Gestalt-terapia para discutirmos as implicações na área clínica, visto que diante de tantas transformações se faz necessário aprofundar cada vez mais nossos conhecimentos, principalmente por se tratar de um tema de expressivo destaque, que é o tema família.

O que motivou a escolha do tema “família” foi o nosso grande interesse em aprofundarmos na compreensão das dinâmicas familiares, que atualmente vêm sofrendo diversas transformações, e como a Gestalt-terapia pode intervir e contribuir para estes tipos de atendimentos. Isto acaba por acarretar, assim, uma maior demanda de estudos a respeito do tema, em especial, no campo da Gestalt-terapia.

Os capítulos a seguir estão distribuídos em cinco, sendo o primeiro esta introdução.

Neste trabalho abordamos em seu segundo capítulo, a construção histórica e social da família e as mudanças que contribuíram para o surgimento das famílias contemporâneas, seus conceitos, fundamentos e transformações ao longo dos séculos. Além de discutimos sobre o casamento, a crise conjugal, o divórcio e suas implicações para a vida do casal e, conseqüentemente, como esses fatores contribuíram para o surgimento da família contemporânea. Abordamos ainda de forma breve alguns dos modelos das novas configurações familiares.

Em nosso terceiro capítulo ressaltamos a terapia de família sob o enfoque da Gestalt-terapia, apresentamos as contribuições da Gestalt-terapia para o atendimento familiar, destacamos, para isto, a Teoria de Campo e a justificativa para sua escolha. Neste mesmo

capítulo abordamos a importância das resistências apresentadas pelas famílias e os tipos de resistência que cada família pode apresentar, tais como: a dessensibilização, a projeção, a introjeção, a retroflexão, a deflexão, e, por último, a confluência.

Em nosso quarto capítulo, apresentamos o atendimento familiar na abordagem gestáltica. Destacamos, assim, a conduta do terapeuta nas sessões iniciais, a dinâmica que cada família apresenta, os impasses que envolve o atendimento familiar, como são organizados estes encontros, número de sessões e tempo de duração, o olhar do terapeuta diante dos subsistemas que a família possui. Enfim, nosso objetivo é analisar toda a dinâmica do atendimento familiar sob o enfoque da Gestalt-terapia.

Por fim, em nosso quinto e último capítulo mencionamos nossas considerações finais a respeito do nosso trabalho.

2- PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA E AS MUDANÇAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O SURGIMENTO DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

Na primeira parte deste capítulo, nossa finalidade foi realizar um breve levantamento a respeito da construção histórica da família desde o século XV aos dias atuais. Para isso destacamos neste contexto a história da criança como sendo um fator importante para a compreensão das transformações sofridas pelas famílias ao longo dos séculos, demonstramos como a percepção da criança se modificou no decorrer do tempo de acordo com parâmetros ideológicos, econômicos, políticos e sociais. Desta maneira, a seguir ressaltamos as alterações no papel do homem, da mulher, destacando as transformações no papel e o valor atribuído as crianças, o surgimento do sentimento de família, além das modificações no significado do lar. Utilizamos como principal referência bibliográfica para nosso estudo do percurso histórico da família o autor Ariès (2006), uma vez que este é o autor base para o desenvolvimento deste tema.

2.1. – A FAMÍLIA DO SÉCULO XV

Segundo Shaffer (2005), em todas as sociedades, a família tem como função primordial o cuidado e a socialização de seus filhos. Sendo esta socialização entendida através dos processos pelos quais as crianças adquirem seus valores, suas crenças e os comportamentos considerados fundamentais e adequados de acordo com os membros da sociedade da qual está inserida.

Podemos compreender as dinâmicas familiares do século XV a partir das relações que os pais desenvolviam com seus filhos, principalmente enquanto crianças. A falta de carinho dos adultos manifestava-se particularmente em seu costume com relação às suas crianças. Depois de conservá-las em casa até a idade de sete ou nove anos, eles as enviavam, tanto os meninos quanto as meninas, para casas de outras pessoas para que, então, fizessem o trabalho bruto. Elas permaneciam por um período de sete a nove anos, ou seja, até completarem cerca de 14 a 18 anos. Neste período elas eram consideradas aprendizes (ARIÈS, 2006, p. 154).

Diversos contratos de aprendizagem que confiavam as crianças a mestres evidenciavam como o hábito de entregar as crianças à famílias estranhas era disseminado. O principal dever

dessas crianças assim confiadas a educadores era o de servi-lo bem e devidamente. O único ofício que durante um longo tempo se pôde imaginar foi o serviço doméstico, que não provocava nenhuma deterioração e não despertava nenhum medo (ARIÈS, 2006, p.155).

Com isso, toda a educação se fazia por meio da aprendizagem, e dava-se a esse conceito um significado muito mais extenso do que o que ela recebeu mais tarde. As pessoas não mantinham as próprias crianças em casa; mandavam-nas para outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e iniciassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem os costumes de um cavalheiro ou um ofício, ou mesmo para que cursassem uma escola e aprendessem as letras latinas. Esse costume era uma tradição difundida em todas as esferas sociais (ARIÈS, 2006, p.157).

2.1.1 – A Família do Século XVI

A partir do século XVI começou-se a diferenciar melhor dentro das atividades domésticas os serviços subalternos dos trabalhos mais nobres. A tarefa de servir a mesa permaneceu sendo dever dos filhos de família e não dos empregados pagos. Para parecer bem educado, não bastava, como hoje, saber comportar-se à mesa; era necessário, além disso, saber servir a mesa (ARIÈS, 2006, p.157).

Não existia espaço para o colégio nessa passagem, pois a aprendizagem ocorria de forma direta, passada de uma geração a outra. De certa forma, o conhecimento, a escola latina, que se voltava apenas aos clérigos, aos latinófonos, surge como um caso separado, reservando a uma classe muito especial. A escola de fato era uma exceção e sua futura extensão a toda a sociedade não explica apresentar através dela a educação medieval. A aprendizagem era considerada a regra mais comum. Mesmo os clérigos que eram mandados à escola frequentemente eram confiados a um clérigo, um padre, às vezes a um cardeal a quem começavam a servir, reproduzindo essa forma de aprendizagem (ARIÈS, 2006, p.157).

Neste período, cabia ao pai o papel de representante do princípio de integração da propriedade, dos bons costumes, da autoridade, da hierarquia, por fim, de todos os conceitos que sustentavam a memória e o *status* da família. Este modelo de família desestimulava todo laço afetivo que envolvesse as motivações e os desejos particulares. A relação familiar não devia nem podia seguir-se de maneira a privilegiar a escuta, atenção e realização de anseios e vontades particulares. O exclusivo objetivo focado era o do grupo e da propriedade, escolhido pelo pai (COSTA, 2004, p.95).

A partir do século XVI as condições e os sentimentos da família se transformaram, uma vez que a educação passou a ser fornecida cada vez mais pelas escolas e não mais pela aprendizagem junto aos adultos e em outras famílias. A escola deixou de ser reservada aos clérigos e se tornou uma ferramenta comum, representando uma introdução social, a passagem da condição da infância à condição de adulto (ARIÈS, 2006, p.159).

2.1.2 – A Família do Século XVII

No início do século XVII, surgiu uma organização muito forte de estabelecimentos escolares de diversas importâncias com o objetivo de aproximar as crianças das famílias. Essa organização satisfazia ao mesmo instante a necessidade de educação teórica, que substituíra as antigas formas de aprendizagem, e o anseio dos pais de não se afastarem muito dos filhos, de mantê-los próximos por períodos maiores. Esse fenômeno confirmou uma modificação importante da família; esta se dirigiu à criança e sua vida misturou-se com as relações cada vez mais afetuosas dos pais e dos filhos (ARIÈS, 2006, p.160).

O desenvolvimento do sentimento de família acompanhou os avanços da vida particular, da intimidade do lar. Este sentimento não se ampliava no momento em que a casa estava muito voltada para o exterior; uma vez que ele requeria o mínimo de cumplicidade. Desta forma, durante algum tempo não era possível desenvolver esta ligação, já que as atividades cotidianas da casa não permitiam a realização deste afastamento entre a vida externa e a vida íntima do lar, já que todas as atividades aconteciam simultaneamente o que acaba por assim, dificultar o sentimento de família neste contexto (ARIÈS, 2006, p.164).

Para Ariès (2006), neste momento, a casa grande exercia uma colaboração pública nessa sociedade em que não existiam ambientes nos quais os amigos, clientes, parentes e protegidos tivessem a oportunidade de se encontrar e conversar. Nesses lugares os cômodos não eram apropriados às questões domésticas mais do que às questões profissionais. Estes comunicavam-se uns com os outros e as casas mais ricas eram construídas no andar nobre de galerias e salas enfileiradas. Nos outros pavimentos os cômodos eram reduzidos, porém ao mesmo tempo ligados uns aos outros. Nenhum deles era independente e tinha um fim específico.

Nessas condições, não é difícil de imaginar a promiscuidade em que as pessoas viviam nesses locais em que era impossível se isolar, visto que era sempre necessário cruzar um ambiente para se chegar aos outros e vários casais dormiam neles, além de crianças, tanto meninos quanto meninas. E todos se aglomeravam para fazer as refeições, acolher os amigos

ou clientes. Deste modo, podemos compreender esses ambientes, como locais em que já era possível observar o nascimento do sentimento de família e não analisá-los apenas como espaços para esconderijo contra a invasão do mundo, entretanto como o espaço de uma vida social intensa (ARIÈS, 2006, p.182).

2.1.3 – A Família do Século XVIII

No século XVIII, a família passou a conservar a sociedade à distância, a resguardá-la a um espaço específico, separada cada vez mais do ambiente que remetia a vida particular. A dinâmica da casa passou a representar essa nova preocupação de cuidado com o mundo. Configurava já a casa contemporânea, que garantia a independência dos cômodos, fazendo-os voltar para um corredor de acesso. Ainda que os cômodos se comunicassem, não era mais obrigado a atravessá-los para cruzar de um ambiente ao outro (ARIÈS, 2006, p.185).

A reorganização do ambiente doméstico e a transformação dos hábitos proporcionaram um espaço mais amplo para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, na qual se eliminava os criados, os clientes e os amigos. A maior utilização do diminutivo e do apelido correspondia a uma intimidade maior, e, principalmente, ao fato das pessoas se chamarem de uma maneira diferente dos estranhos, de diferenciar - sem pôr uma forma de falar, o que podemos compreender como um aspecto que contribuiu para o início do vínculo dos pais e dos filhos, uma vez que os separava de todos os demais (ARIÈS, 2006, p.186).

Foi no período entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII que a criança conseguiu adquirir uma posição junto de seus pais, posição esta que não poderia ter emergido no momento em que a tradição dizia que fosse enviada a estranhos. Este retorno das crianças ao ambiente familiar foi um significativo acontecimento, ele proporcionou à família do século XVII a oportunidade de se diferenciar das famílias medievais. A criança passou a ser um membro indispensável da vida diária e os pais passaram a se importar com seus estudos, carreira e futuro (ARIÈS, 2006, p.189).

2.1.4 – A Família do Século XIX

No início do século XIX, uma significativa parte da sociedade, a mais carente e a mais densa, vivia como as famílias medievais, ou seja, com os filhos menores distantes do domicílio

dos pais. O significado da casa passou a ser uma outra expressão que denotava o sentido de família. A partir do século XVIII o sentimento de família transformou-se muito pouco e abrangeu cada vez mais outras classes sociais (ARIÈS, 2006, p.189).

Em relação às diferenças entre os gêneros nesta época, podemos citar as atividades que os homens e as mulheres se dedicavam nas horas de tempo livre. Quando o homem estava em casa e não no campo, ele ocupava-se de limpar as armas, cuidar dos instrumentos e criações, embebedava-se e jogava seus jogos principalmente os de cartas, além de se distrair contando “causos”. Nesta época, os homens acabavam por não se importar com as leituras e os estudos (COSTA, 2004, p. 81).

Já, as mulheres permaneciam por muito mais tempo dentro das casas que os homens. Seu tempo livre era ocupado a maior parte das vezes com as atividades da casa. As mulheres tinham suas apresentações mais reservadas e acabavam por observar as movimentações em torno do lar por meio das frestas das portas e pelas treliças das janelas. Era no interior do lar que acabavam por desenvolver suas obrigações de cuidado com a família, mantendo os hábitos, e a cultura, dedicando-se aos artesanatos, principalmente aos bordados das rendas e dos tecidos, além da preparação das quitandas e dos remédios, que também eram fabricados em casa (COSTA, 2004, p. 82).

A seguir abordamos aspectos que envolvem o casal, os quais acreditamos serem fatores que contribuiriam de forma significativa para o surgimento da família contemporânea. Desta maneira podemos citar as transformações ocorridas em todo o contexto que envolve o casamento, desde a escolha do cônjuge até a sua dinâmica de funcionamento. Abordamos também, as principais questões que acabam por levar a uma crise conjugal, como exemplo as modificações dos papéis dentro de uma relação conjugal, tendo em vista a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, além da disparidade com relação à idade, grau de instrução e nível sócio-econômico. Por último, abordamos a questão do divórcio, que atualmente apresenta um crescente e significativo índice, o que acaba por gerar as novas configurações familiares.

2.2. – O CASAMENTO

No período colonial, os casamentos eram realizados em virtude dos desejos ou interesses da família. Eram os pais que determinavam qual seria a melhor união adquirida pelos filhos ou tutelados, avaliando exclusivamente os ganhos econômicos e sociais do contexto familiar.

Raramente os motivos de origem sentimental eram utilizados na seleção de uma união matrimonial. A escolha do parceiro para o casamento era feita apenas pelo responsável, que estabelecia ao filho ou a filha o dever de se casar sem que este tivesse ao menos o direito de opinar (COSTA, 2004, p.215).

O casamento acabava por ser considerado uma forma de negócio entre as famílias com fins lucrativos. As questões sociais nele envolvidas, como o dote, provam esta interpretação. O dote era a forma com que a mulher passava ao esposo parte das riquezas de sua família. O objetivo puramente lucrativo do acordo conjugal tornou o dote uma condição imprescindível à sua realização. Sem dote a mulher ficava predestinada ao celibato. Nesta época, a relação do dote era tão ligada ao casamento que um passou a ser sinônimo do outro em documentos coloniais (COSTA, 2004, p. 216).

Foi a partir da idealização do pensamento que compreendia o casamento como uma instituição higiênica que começou-se a escolher o companheiro conjugal, o que passou a ser um ponto fundamental para a saúde pública. Na união idealmente planejada pela higiene o casal deveria se voltar para o futuro e não mais para o passado. Sua obrigação era agora com os filhos e não mais com os pais. A seleção do parceiro estava voltada para este fato. O zelo com os filhos transformou-se, por este modo, no significativo propósito do casamento (COSTA, 2004, p. 219).

O amor passou a ser fundamental à higiene, uma vez que era um dos raros esteios morais livres no combate aos valores da família. Principalmente, no combate pelo direito de escolha afetuosa e particular do companheiro contradizendo as questões do grupo familiar. Ao contrário do domínio do dinheiro e da força do pai, o amor higiênico, romanticamente modificado, lutou contra os preconceitos que envolviam as raças e a cultura da elite colonial. O amor realizava outro fundamental dever higiênico: a concepção e a regulação das novas funções sociais do homem e da mulher no matrimônio (Costa, 2004).

O papel do matrimônio no ciclo de vida tem se transformado significativamente. Os homens e as mulheres estão tendo relações sexuais mais precocemente e casando mais tarde. Uma extensão cada vez maior da população está morando junto antes do matrimônio, ou até mesmo morando com diversos companheiros antes de decidir se casar. Há alguns anos, o casamento era tido como principal marco de passagem para a vida adulta, uma vez que ele representava a passagem para a paternidade. Recentemente ele, em grande parte das vezes, passa a ser uma sequência significativa do período da idade adulta jovem ou mesmo adolescência, já que o nascimento dos filhos é cada vez mais adiado para diversos anos após do

matrimônio, em especial, quando se trata da classe média (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p.251).

2.2.1 - A Crise Conjugal e as influências nas novas configurações familiares

Para Jablonski (1991), devido ao enfraquecimento da religião, à urbanização, à redução das famílias, à diminuição da comunicação entre os membros da sociedade, à demasiada e acrítica valorização do amor como saída para todos os problemas e fundamento exclusivo do matrimônio, à crescente expectativa de vida, à revolução sexual, ao controle da natalidade simples e ativa; à emancipação feminina, com o resultante questionamento a respeito das funções a serem realizadas pelas mulheres, e ao isolamento recente houve a instituição da nossa fam-ilha contemporânea.

Uma fam-ilha mediante um mar de conceitos, religiões e costumes que permitem de forma especial o individualismo como um valor de importância no sistema cultural atual. Esse individualismo acaba por acarretar que os sujeitos se tornem menos submissos ao comando das instituições mais tradicionais de controle social: a sociedade, igreja e o próprio contexto familiar. Um modelo de vida que é novo, especialmente para as mulheres, mas também é, no nível atual, para os homens. Ao invés do que era habitual em outras épocas, atualmente ninguém mais pensa que a felicidade individual demanda sacrifício (JABLONSKI, 1991, p. 210).

Existem diversos fatores etiológicos relacionados à inconstância da relação entre marido e mulher, dentre eles podemos mencionar: a idade e a gravidez pré-conjugal, em que as mulheres menores de 18 anos, homens menores de 20 ou pessoas que se casam quando há uma gravidez antes do casamento possuem uma expectativa duas vezes maior de divorciarem-se (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p. 292).

A instrução também pode ser considerado um fator, maridos com menos instrução e mulheres mais instruídas possuem uma chance maior do que homens mais instruídos e mulheres menos instruídas. O salário também pode ser considerado, esposas que ganham mais dinheiro têm uma possibilidade maior de separar-se do que aquelas com salário inferior, quanto mais elevado for o salário da esposa em relação ao do marido, maior será a probabilidade de divórcio (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p. 292).

O emprego também deve ser levado em consideração; quando um homem possui um trabalho e uma remuneração instável, ou quando seu salário diminui em relação ao ano que passou, o matrimônio corre um risco maior. O nível sócio-econômico: apesar da divergência

estar diminuindo, os menos favorecidos tendem a correr um risco desigual. A raça; os pares negros possuem um número de divórcio maior do que os brancos, e os matrimônios inter-raciais possuem um risco ainda maior; linha de transmissão intergeracional: a separação tende a ocorrer em determinadas famílias, apesar dos estudos de ligação entre a separação dos pais e a instabilidade do casal na geração subsequente terem gerado resultados mistos. Uma possibilidade é a de que não seja o modelo de separação por si, mas os quesitos econômicos correlacionados a separação, o que influencia os filhos a matrimônios antecipados com companheiros mal-escolhidos (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p. 292).

2.2.2 – O Divórcio

O crescente índice atual de divórcios é um fato complexo que deve ser analisado sob diversos aspectos. Questões individuais como a seleção neurótica do parceiro e desenvolvimentos individuais divergentes que acabam acarretando conflitos ao longo da vida sempre houve. O que vem sendo transformado é o fato de que as influências culturais e religiosas já não têm o mesmo poder de controlar os pensamentos subjetivos (PRADO, 1996, p. 173).

Podemos compreender que a segunda união é ainda mais incerta que a primeira: 60% delas terminam em uma nova separação. A explicação mais frequente é a de que não se estava naquele momento apto para encarar conflitos com ex-parceiro e com os filhos, frutos da união anterior. Dessa forma, grande parte dos homens casa pela terceira vez, já as mulheres encontram maiores obstáculos na nossa sociedade de encontrar companheiros adequados. Grande parte dos divórcios ocorre prematuramente, inclusive no recasamento. Os indivíduos notam prontamente que também na vida pessoal interfere a questão da concorrência, da inveja, da possessividade, da disputa pelo domínio e da guerra dos gêneros (PRADO, 1996, p. 173).

A separação pode ser considerada a maior ruptura no processo de ciclo de vida familiar, aumentando a complexidade das funções desenvolvimentais que a família está vivenciando naquele momento. Os afazeres habituais do ciclo de vida, cessadas e modificados pelo procedimento de separação, permanecem com maior complexidade em decorrência das etapas que acompanham este processo. Cada etapa posterior do ciclo de vida fica prejudicada pela separação e, assim sendo, deve ser analisada no contexto dual do próprio processo e das consequências residuais do divórcio (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p. 291).

Desta forma, pudemos compreender acima as possíveis consequências que impulsionaram o surgimento das novas configurações familiares. A seguir faremos uma breve apresentação destes novos modelos familiares, abordando suas principais características e singularidades.

2.3 – NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Recentemente, num caminhar cada vez mais acelerado, as mulheres alteraram drasticamente e ainda estão alterando o percurso do habitual ciclo de vida familiar que permaneceu durante anos. A atual geração de mulheres jovens é a pioneira na história a lutar pelo direito de abandonar o lar, buscando objetivos de vida próprios, como traçar uma carreira profissional. De acordo com a história, esse avanço fundamental no desenvolvimento adulto era recusado às mulheres e, em vez disso, elas eram passadas dos pais aos maridos (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p.14).

Chegou o momento da nossa sociedade compreender e aderir as novas estruturas familiares, como: uniões em que as mulheres e os homens trabalham; modelos de famílias em que o progenitor é solteiro; casais não-casados e casais recasados; adoções por progenitores solteiros; e mulheres sozinhas de todas as idades (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p.15).

Assim, segundo Ramires (2004), podemos notar que a compreensão atual de família não está mais vinculada essencialmente à visão de família nuclear, constituída de mãe, pai e filhos, seguindo o modelo clássico patriarcal. O que observamos é que o termo “família” tem se expandido na medida em que busca abranger e compreender as mais diversas relações entre os seus componentes. No dia-a-dia é possível nos depararmos com famílias seguindo modelos tradicionais; cônjuges compartilhando os cuidados dos filhos e a organização do lar; mulheres e homens assumindo sozinhos a administração financeira da família; produções independentes; famílias monoparentais; famílias reconstituídas ou recasadas; casais sem filhos; casais homossexuais; casal com filhos adotivos; dentre outras. Todas essas modificações no âmbito familiar fizeram com que o interesse pelo estudo da família nas últimas décadas surgisse com o intuito de compreendê-las e de analisar os efeitos dessas mudanças nos componentes envolvidos.

A seguir apresentamos de forma breve alguns modelos relacionados às novas configurações familiares, entre eles, as famílias monoparentais, as famílias homoparentais, as famílias adotivas, as famílias em que os netos são criados pelos avós e as famílias recasadas.

A família monoparental possui como característica básica a presença de apenas um genitor. Tal característica é fundamental para distingui-la da família tradicional, biparental, na qual existem dois genitores, que compartilham a função parental, ou seja, família em que ambos participam da criação, convivência, educação e manutenção dos filhos. Sendo assim, na família monoparental, encontramos apenas um dos genitores para desempenhar todas as funções que geralmente seriam desenvolvidas pelos cônjuges (SANTOS; SANTOS, 2009).

Para Passos (2005), podemos compreender como família homoparental a dinâmica familiar na qual ao menos um indivíduo homossexual assume a responsabilidade por uma criança. Por este motivo, observamos que este modelo familiar acaba sendo o que desperta maior polêmica e questionamento dentre os membros de nossa sociedade. O termo homoparentalidade, originalmente francês e criado em 1997 pela APGL- Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (ROUDINESCO, 2003 apud PASSOS, 2005), tem sido motivo de questionamentos por ressaltar a orientação sexual dos pais ao mesmo tempo em que menciona e a relaciona a criação dos filhos.

Devemos observar, segundo o autor, que a homoparentalidade pode ser consequência de uma família remanejada com filhos de uma união heterossexual anterior, ou por adoção, podendo ser essa legal ou não, ou como resultado do uso de tecnologias reprodutivas. Para este autor, a família homoparental é reconhecida pela falta de papéis fixos entre os componentes de seu sistema, pela ausência de hierarquias e pela forma como se estabelece as lideranças no grupo, pela existência de diversas maneiras de organização familiar, portanto, pela formação dos vínculos afetivos e sociais, o que acaba por possibilitar distintas referências de autoridade, tanto dentro do sistema familiar como no mundo externo (PASSOS, 2005).

Por sua vez, a adoção já não é mais compreendida como uma filiação de segunda ordem ou exclusivamente como o último meio de que cônjuges estéreis utilizam quando são impossibilitados de terem filhos pelas vias biológicas. A adoção atualmente é analisada como um recurso para se formar uma família, a qual pode proporcionar resultados tão satisfatórios quanto um filho biológico. Neste contexto, compreendemos que a adoção é a singular maneira de se constituir uma verdadeira parentalidade e a exclusiva forma dos genitores tornarem-se pais (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006).

Compreendemos que para que as famílias adotivas possam desenvolver dinâmicas mais favoráveis, é fundamental que as particularidades do processo adotivo sejam desempenhadas de maneira profilática e preventiva. Os aspirantes a pais devem estar cientes de que o filho que será adotado carrega consigo um outro casal que são os genitores, portanto transportará consigo uma história pré-adotiva que não poderá ser recusada ou rejeitada, mas, para a saúde psíquica

da criança, necessitará ser associada à sua história de vida. Esta conscientização diversas vezes é impedida por processos de negação relacionados a conteúdos inconscientes dos adotantes (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006).

Já, as famílias nas quais os netos são cuidados pelos avós são aquelas em que a mulher, ao tornar-se avó, cria e recria o seu papel político no sistema familiar, garantindo o seu espaço na velhice por meio da transferência de experiência de vida, acompanha os netos no nascimento, na infância e na adolescência. No momento em que os netos nascem, geralmente as avós passam mais tempo com seus filhos, ensinando-os e ajudando-os a desempenhar a função de pais. A transformação do papel de mulher-mãe para mulher-avó a aproxima de duas ocasiões: ser avó na maturidade, com uma filha adolescente-mãe, e ser avó na terceira idade (GERONDO, 2006).

Para Alvarez (2001), as avós possivelmente podem ser consideradas como cuidadoras primárias quando assumem o neto no caso de negligência ou desamparo da mãe; como secundárias, quando proporcionam cuidado aos netos na carência dos pais, comumente, por motivos de trabalho, viagem; e como terciárias, nos casos em que são convidadas para uma tarefa especial.

Por último, podemos citar as famílias recasadas como sendo uma família constituída por dois adultos, porém os filhos inseridos nesta nova família são ligados biologicamente somente a um dos membros do casal (TRAVIS, 2003, p.43). Para Oliveira (2005), é exatamente nas famílias recasadas que nos deparamos com uma vasta diversidade de distintos tipos de acomodações familiares, algumas delas simples e outras bastante complexas. A forma mais simples de família recasada é aquela em que um cônjuge viúvo ou divorciado, que possui um filho do primeiro casamento, se recasa com um parceiro que nunca havia sido casado e que não possui filho. Já a forma mais complexa é aquela em que ambos os parceiros se recasam trazendo filhos da união anterior, assim como tendo um filho em comum (p.23).

Segundo Oliveira (2005), outro aspecto a ser analisado em relação aos papéis da família recasada refere-se à transformação na disposição dos filhos. Alterações na posição ocasionarão como resultado variações hierárquicas e de dever dentro da família, uma vez que podemos encontrar, por exemplo, situações em que o filho caçula, o filho mais velho ou o único filho perdem tais papéis, em detrimento da nova configuração familiar. As famílias passam por modificações, expandem-se para abranger novos componentes e, a partir daí, novas negociações, novas relações e novos vínculos serão constituídos.

3 – TERAPIA DE FAMÍLIA SOB O ENFOQUE DA GESTALT-TERAPIA

3.1 – Um Breve Resumo da Abordagem Gestáltica

Para Ribeiro (2012), podemos apontar que a Gestalt-terapia é uma *gestalt* do homem. Pode ser considerada como uma composição elaborada e refletida do indivíduo, da maneira como ele é visto, percebido e como foi observado pelo criador da Gestalt-terapia.

Conforme Ginger e Serge (1995), na Gestalt-terapia cada sujeito é responsável por suas escolhas e suas evitações. Cada um acaba por produzir no modo e no grau que optam, sendo, assim, de acordo com o que surge para cada um no instante, podendo se tratar de uma percepção, emoção ou preocupação recente, pôr o que acabam de revivenciar de uma questão passada na qual não foi devidamente resolvida ou permanece inacabada, ou ainda de expectativas abertas a respeito do futuro.

Devemos compreender que a abordagem gestáltica possui como pressupostos filosóficos o Humanismo¹, o Existencialismo² e a Fenomenologia³. Como teorias de base possui influências da Psicologia da Gestalt⁴, Teoria de Campo⁵ principalmente de Kurt Lewin e da Teoria Organísmica⁶ de Kurt Goldstein. Como seus antecedentes pessoais podemos citar a Psicanálise⁷, as terapias Psicocorporais de inspiração Reichiana⁸, e as teorias das Práticas Orientais como o Taoísmo⁹ e o Zen-Budismo¹⁰ (RIBEIRO, 2012).

¹ Para Ribeiro (2012, p. 43), “a Gestalt-terapia se coloca do lado das psicoterapias humanísticas, o que significa que contém e promove a ideia do homem como centro, como valor positivo, como capaz de se autogerir e regular-se”.

² Para Ribeiro (2012, p. 48), “o existencialismo é a expressão de uma experiência individual, singular: trata diretamente da existência humana”.

³ Para Ribeiro (2012, p. 76), “a fenomenologia tende a revelar aquilo que não se manifesta, tende a ir à essência mesma das coisas”.

⁴ Para Ribeiro (2012, p. 98), “a psicologia da Gestalt vê o problema da percepção, da aprendizagem e solução de problemas como algo determinado pela realidade do campo visto como um todo”.

⁵ Para Ribeiro (2012, p. 144), “o homem é um ser do universo e no universo. A relação entre eles é não apenas cósmica e existências, mas dinamicamente influente, modificadora, transformadora.

⁶ Para Ribeiro (2012, p.158), “o organismo é uma só unidade; o que ocorre em uma parte, afeta o todo”.

⁷ Para Ribeiro (2012, p. 168), “Perls, de certo modo, partiu da psicanálise, um dos braços da Gestalt, mas com inúmeras modificações, de modo que do berço original se podem perceber traços, mas não mais reconhece-los como antigamente”.

⁸ Para Ribeiro (2012, p. 175), “o que fica claro tanto para Perls quanto para Reich é que o corpo contém toda a chave da reflexão psicoterapêutica e que dificilmente um trabalho simplesmente verbal poderia responder adequadamente às necessidades orgânicas interrompidas”.

⁹ Para Ribeiro (2012, p.191), “um ponto em comum entre Perls e o taoísmo é o movimento interno de pensar menos e sentir mais. Nossa cultura privilegia o pensamento e disfarça e até condena certas emoções e vivências”.

¹⁰ Para Ribeiro (2012, p.189), “para o zen, como para Gestalt, o crescimento vem muitas vezes da frustração. É preciso que as pessoas experienciem por si mesmas os próprios limites e incapacidades”.

De acordo com Silveira (2005), podemos apontar que algumas correntes por suas singularidades atentam-se em criar artifícios que permitem a manifestação de um ambiente ou espaço adequado ao surgimento da criatividade. Nesse ambiente a fantasia, a imaginação, a comunicação simbólica são decifradas baseando-se nos métodos criativos presentes na relação terapêutica. Para a autora, a Gestalt-terapia coloca-se entre uma dessas correntes. Desta forma, podemos citar que a Gestalt-terapia possui como princípio e como objetivo principal proporcionar a conscientização da experiência presente ou *awareness*¹.

Neste trabalho destacamos a seguir a Teoria de Campo por acreditarmos que esta seja a teoria que mais representa a contribuição da Gestalt-terapia para o atendimento de família, uma vez que a mesma compreende o mundo como um campo em movimento. Nós constituímos um subcampo nesse campo maior, existido em constante troca, em constante intrarrelação campo-organismo-meio. Somos influenciados pelo mundo e o influenciamos do mesmo modo, no significado de que não somos realidades separadas, uma vez que somos o mundo que reflete, sente, atua e dialoga, ao modo que o mundo somos nós, nos expressando através de todas as variáveis não psicológicas e não humanas com quantidades que nos interfere no tempo em que vivemos (RIBEIRO, 2011).

3.1.1 – Teoria de Campo

Para Ribeiro (2011), podemos apontar que o conceito de mundo formado pela Gestalt-terapia abarca o comportamento humano como resultado da afinidade pessoa-organismo-meio, no modo onde tudo está inserido, apesar de exclusivamente, em um dado campo e em um dado instante. Abarca também a concepção de que nada é estanque, predeterminado, constituindo o campo um campo de forças em movimento.

Desta forma apesar de visivelmente separadas e distintas, não há partes isoladas que apresentam vida por si mesmas, uma vez que toda a realidade é uma e todo ser nominado é conectado, apesar da ontológica afinidade com todos os outros seres ou coisas no universo. A realidade é dinâmica, ou seja, tudo está nesse exato instante em constante transformação por meio da impermanência do processo de existir, apesar de seus dados serem coexistentes e materialmente interligados (RIBEIRO, 2011).

¹ Para Yontef (1998, p. 215), “awareness é uma forma de experienciar; é o processo de estar em contato vigilante com o evento mais importante do campo indivíduo/ ambiente, com total apoio sensorio motor, emocional, cognitivo e energético”.

O mundo é um gigantesco campo, uma *gestalt* complexa, organizada, indivisível movimentando-se em total ordem, onde a realidade ocorre harmoniosa e criadoramente. A concepção de mundo que surge da Teoria do Campo requer uma inserção absoluta no contexto, no aqui-e-agora¹, de tal forma que passado e futuro se componham como uma unidade no presente, exclusivo ambiente cuja visibilidade consente ao sujeito se olhar e se reconhecer exatamente como ele é (RIBEIRO,2011).

De acordo com Ribeiro (2007), a pessoa humana pode ser compreendida como sujeito de forças biopsicossocioespirituais que acontecem em um certo instante. A realidade é mais extensa do que a percepção que temos dela. A experiência desses campos acontece à revelia de nossa vontade, diversas vezes ocorrendo ora como fundo, ora como figura. São nossas necessidades que definem a experiência mais visível de um ou de outro.

Podemos apontar que o comportamento apenas pode ser entendido e alterado se baseado nas relações entre pessoa e meio, e o seu significado não pode ser induzido do comportamento isolado. Compreender o comportamento por meio de aspectos separados constitui extinguir as características estruturais de um fenômeno. Um sintoma não pode apontar a totalidade de uma pessoa como algo isolado em um certo campo (RIBEIRO, 2007).

Segundo Ribeiro (2012), a Gestalt-terapia assegura que o sujeito deve ser compreendido como um todo, uma vez que seu comportamento apenas se torna compreensível a partir de seu olhar dentro de um certo campo com o qual ela se estabelece em relação. O comportamento não é mais compreendido apenas como fruto da realidade interna do sujeito e passa a ser entendido de acordo com o campo que existe no instante em que acontece. A condição comportamental é entendida como um todo, da qual derivam partes distintas. Dessa maneira, podemos mencionar que o espaço vital² é o equivalente do meio geográfico adicionado ao meio comportamental.

Conforme Ribeiro (2009), a Teoria do Campo compreende a realidade como a totalidade dos acontecimentos que podem ocorrer a certo instante. Tudo se insere nessa totalidade, sujeito e meio, aspectos psicológicos e não psicológicos. Todos esses dados são distintos e dinamicamente inter-relacionados.

¹ Para Rodrigues (2011, p.60), “aqui e agora é incorporado na terapia como uma espécie de estratégia de enfoque, ou seja, todo o trabalho terapêutico estará centrado no que o cliente traz, naquilo que neste momento ele vive”

² Para Ribeiro (2012, p. 143), “espaço vital é a própria expressão do cliente e revela a relação estabelecida entre sua realidade espacial e existencial”.

3.2 – TIPOS DE RESISTÊNCIA FAMILIAR

3.2.1 – As Resistências e Suas Funções

Para Pinto (2015), devemos compreender que cada indivíduo desenvolve no decorrer dos anos, e principalmente na infância, um jeito singular de ser, uma maneira na qual, mesmo que permaneça similar, se transforma com o passar do tempo. O autor afirma que as resistências não devem ser vistas somente como fator contrário ao contato do indivíduo com o meio e sim como aspecto fundamental, como mecanismo defensivo, o qual possui função e força de preservar o sujeito. Desta forma, sem resistência não há maneira de haver contato. A resistência possui como papel a garantia da estrutura do corpo, da memória, do conhecimento proporcionados nas relações de contato.

A seguir mencionaremos os principais tipos de resistências, suas dinâmicas e características, que podem ser observados nas famílias que chegam até nós nos consultórios. Para isso utilizaremos como principal autor, Zinker (2001).

3.2.2 - As Famílias Dessensibilizadas

Como modelo de famílias dessensibilizadas podemos compreender as famílias nas quais os membros possuem uma relação superficial, em que o contato entre eles é algo evitado. A relação nestes modelos de famílias é estabelecida de maneira em que seus integrantes direcionam-se uns para os outros sem muita concentração; observam sem muito envolvimento a comunicação uns dos outros ou até mesmo nem se dedicam a ouvir. Agem de forma que evitam o contato direto, e quando este é necessário, não permitem que algum tipo de emoção se manifeste em seus corpos, mentes ou corações. O contato entre eles desaparece antes mesmo que a família permita-se senti-lo (ZINKER, 2001).

Podemos observar que no momento que chegam a um impasse neste nível inicial de interação, os membros das famílias se sentem entediados, com pouco envolvimento, e intelectualmente ausentes ou distantes uns para os outros. Os integrantes da família não se envolvem mutualmente, e possuem um ambiente sem muitos acontecimentos, pesado e sem energia. Convivem com o tédio como algo natural, como um estilo de vida, sem se importarem,

possibilitam que algo de fora os distraia de uma tarefa ou interesse pelo outro. A maneira em que vivem não aprecia a manifestação de emoções e opiniões. Essas famílias se sentem protegidas levando a vida de maneira monótona, resguardadas por suas fronteiras pessoais bem conservadas (ZINKER, 2001).

Os integrantes das famílias dessensibilizadas evitam atingir uns aos outros, ou serem atingidos, optam a todo instante pelo não envolvimento. Geralmente conseguem alcançar seus objetivos de não se envolverem uns com os outros, porém não conseguem ter consciência do quanto perdem na vida. Desta maneira, podemos compreender como um processo pelo qual o sujeito sente-se inativo, distante perante um contato, com grande dificuldade para estimular o outro. Enfim, apresenta uma diminuição sensorial no corpo, em que perde o desejo por novas emoções, principalmente as mais intensas (RIBEIRO, 2007).

3. 2. 3 – As Famílias Projetivas

Como famílias projetivas, podemos apontar o modelo de família no qual os membros possuem como característica o hábito de completar a informação pelo outro, sem ao menos o consultar. Em contrapartida o outro permite que este fato ocorra, ou seja, nem confirma nem corrige a informação projetada pelo outro. Sendo assim, para que exista o projetor é necessário alguém do outro lado que não fornece a informação e que permite que a outra pessoa a complete (ZINKER, 2001).

A família projetiva frequentemente se apresenta de maneira dessincronizada. A pessoa que projeta age de modo mais rápido, já, a pessoa que recebe a projeção possui um modo de ser mais devagar. O membro que projeta pode ser observado como sendo o mais impaciente, o que arrisca e realiza suposições. A família que mantém um estilo de vida projetivo geralmente apresenta um líder que possui a função de “carregar” os outros membros que se posicionam de maneira passiva e desatenta. Nestas famílias é raro o surgimento de conflitos. Aqueles integrantes que não expressam o que sentem frequentemente guardam ressentimentos, pelos quais toda a família acaba pagando, já que podem apresentar atitudes exageradas de raiva que podem estar relacionadas ou não com o acontecimento que as provocou (ZINKER, 2001).

Conforme Cardella (1994), a excessiva utilização do mecanismo de projeção proporciona, com o passar do tempo, frustrações frequentes para o membro que projeta, e uma significativa “sobrecarga” para aquele membro que absorve as projeções. Essas projeções

podem ser observadas como cobranças de perfeição no outro, que com isso passa a não ter o sentimento de aceitação, de ser aceito como é. O uso excessivo de projeções evita o membro da família de amar, uma vez que ele rejeita partes de si próprio e não vê o outro em sua particularidade.

Complementando essa ideia Ribeiro (2007), aponta a projeção como sendo um processo no qual o indivíduo possui dificuldade de compreender o que é dele, e acaba por atribuir aos outros coisas que não aprecia em si. Assim, como a responsabilidade pelos seus erros, desconfia de todos como possíveis oponentes. Além de sentirem-se ameaçados por todos, acabam pensando muito antes de agir, identificam com facilidade nos outros dificuldades e defeitos iguais aos seus e possuem dificuldade de admitir a responsabilidade pelo que fazem, preferem que os outros realizem as coisas no seu lugar.

3.2.4 – As Famílias Introjetivas

O modelo de famílias introjetivas abarca todas as famílias nas quais seus membros apresentam uma maneira preguiçosa de resistir a *awareness*. Nestas famílias a opinião ou solução é forçada por um membro e aceita integralmente sem questionamento pelos outros. Podemos compreender que o mecanismo da introjeção demanda um investimento de pouca energia, o que difere de uma dinâmica em que os membros da família trocam entre eles, levantando questionamentos e opiniões, o que necessitaria de um maior esforço de tempo e de energia. A introjeção acaba por evitar que o sistema necessite expandir sua energia, utilizando, assim, o uso de um acordo arbitrário. A família possui como hábito o não questionamento dos fatos e não há investimento dos membros em incluir uns aos outros na dinâmica familiar (ZINKER, 2001).

Para Cardella (1994), o uso exacerbado do mecanismo introjetivo faz com que a pessoa se autodesvalorize, uma vez que ela aceita ser “invadida” pelos que estão ao seu redor, que acabam por adentrar sua personalidade e determinam princípios e leis que não devem ser desobedecidos. A auto desvalorização também acarreta a auto-alienação, que proporciona a ocorrência do mecanismo de evitação denominado projeção.

Complementando esta ideia, Zinker (2001), aponta que como ocorre com as famílias projetivas, as introjetivas evitam as discussões calorosas. A família possui como preferência realizar suas atividades pela forma usual, utilizando-se de velhas regras já conhecidas ao invés

de criar novas maneiras, sendo necessário para isso se atualizar. Nestas famílias fica claro que os membros não escutam uns aos outros e que, dessa forma, a energia não é acionada. O que faz surgir na família uma sensação de falsa segurança ao conservar a *awareness* familiar estreita, constante e inabalável. Podemos observar que a concordância constante dos princípios acarreta na família um modo de sonolência geral. É perceptível como isso ocorre tanto no sistema geral como nos subsistemas da família introjetiva. Os integrantes desse tipo de família necessitam se submeter à autoridade, e dessa maneira tendem a ter êxito em contextos extremamente estruturados e que não demandam muita criatividade ou opiniões independentes.

3.2.5 – As Famílias Retroflexivas

Como modelo de famílias retroflexivas podemos apontar as quais utilizam o mecanismo de forma inconsciente para evitar a *awareness* e o contato com o outro. Nestas famílias a energia necessita ser liberada dos membros e canalizada em um plano comum para que, assim, entrem ativamente em um projeto, causa ou ação que envolva a todos do grupo. Neste contexto os integrantes se voltam para dentro e fazem para e por si mesmos tudo aquilo que gostariam de fazer ou de receber dos outros membros. As famílias acabam por reter a raiva, a agressividade e a expressão sexual e não solicitam ajuda, conforto e contato. Todos os membros se sentem de alguma maneira isolados e, ao mesmo instante, protegidos em suas batalhas internas (ZINKER, 2001).

Podemos citar que a família retroflexiva, em geral, possui especialidades iguais às de seus subsistemas internos. As fronteiras apresentadas pelos seus membros são rígidas e não são atravessadas com tranquilidade. Todos dessa família apresentam uma grande dificuldade em pedir ajuda para vizinhos, amigos e terapeutas, não encontram prazer em compartilhar momentos com os outros. Os membros da família tentam se esconder por trás de seu próprio castelo psicológico (ZINKER, 2001).

Nas famílias retroflexivas o contato entre os membros é estabelecido apenas no que é essencial, e eles permitem somente poucas trocas entre si. A família acaba por se colocar de forma afastada da comunidade em que convive. Se forma cheia de mistérios, tanto em sua própria dinâmica como no mundo externo. Os adultos tendem a não compartilhar opiniões, emoções, ansiedades ou tomadas de decisões com os filhos. Já os filhos desde novos aprendem a não fazer questionamentos para os pais. Dessa forma, o clima desenvolvido na família acaba sendo improdutivo (ZINKER, 2001).

Para Ribeiro (2007), a retroflexão é um mecanismo por meio do qual um membro da família almeja ser como os outros almejam que ele seja, ou almeja que ele seja como eles próprios são, possui o hábito de voltar para ele mesmo a energia que deveria voltar para os outros. Nota-se que o sentimento de arrependimento é frequente nesta família por se avaliarem como inapropriados nas coisas que realizam, o que os levam a realizar algo diversas vezes para não se sentirem responsáveis depois.

3.2.6 – As Famílias Deflexivas

Como modelos de famílias deflexivas podemos compreender as famílias em que seus membros evitam o vínculo entre si ao direcionarem o contato para algum outro contexto que proporcione menos ansiedade. Possuem dificuldade em desenvolver relações sólidas, as informações ficam perdidas entre os membros. Como não percebem o movimento de deflexão, a família acaba por aceitar situações inacabadas. Famílias defletoras não conseguem desenvolver algo concreto a ser explorado para o bem estar do sistema. Nestas famílias uma experiência acaba por se misturar com a outra e, assim, desaparece. As fronteiras entre os membros podem ser notadas como vagas e maldefinidas, e desta forma o desconforto entre eles é evitado (ZINKER, 2001).

Para Ribeiro (2007), a deflexão é um mecanismo no qual os membros da família evitam contato pelos diversos sentidos, ou realizam isso de modo vago e geral, desperdiçam a energia na relação com o outro, utilizam um contato que não é direto, fazem uso de uma linguagem vazia, exagerada ou civilizada em demasia, evitam chegar diretamente ao assunto. Frequentemente os membros desta família demonstram-se sem energia, não compreendidos, pouco apreciados, declaram sempre que nada dá certo em sua vida.

Conforme Zinker (2001), a deflexão é algo enlouquecedor no sentido de que os membros da família não criam vínculos entre eles. A comunicação pode ser percebida como algo em desconexão em que as vozes atravessam umas às outras, tendem a começar os assuntos no meio das frases, trocam de assuntos de forma natural. Em alguns casos podemos perceber na dinâmica familiar todos falando ao mesmo tempo e nenhum apresenta a sensação de pertencimento e de ser compreendidos.

3.2.7 – As Famílias Confluentes

Como modelo de família confluentes podemos citar que são famílias em que seus membros tendem a evitar o desconforto mútuo. É uma maneira simples de não levar em consideração as diferenças. As famílias confluentes também podem apresentar características das famílias retroflexivas. Nestas famílias podemos observar pouca energia para assimilar as opiniões dos outros e para se posicionar com honestidade. Nota-se que estas famílias apresentam um modo de preguiça intelectual que os fazem não questionar e pensar cuidadosamente a respeito do que está sendo debatido. Elas tendem sempre a desviar para temas que estão inacabados e que geralmente não apresentam importância de fato. A tarefa de amar ao próximo sempre abrange desavenças e a análise detalhada dos assuntos presentes. A confluência age sempre impedindo este processo e desta forma diminui a experiência e a quantidade de amor envolvido na família; a energia sempre é neutralizada (ZINKER, 2001).

Dentro deste contexto, podemos observar que as famílias confluentes e deflexivas não realizam o trabalho que leva a proximidade amorosa proveniente da pressão mútua, do persistir, do ser escutado, da provocação de exaltação ou de afinidade, de levantar questionamentos sobre determinado ponto de vista, e de deixar de lado ou de resistir a saídas simples para problemas complexos. A deflexão e a confluência originam expressões de amor prontas que não transmitem ser merecedoras de confiança, uma vez que não foram testadas. Nessas famílias, os membros não podem contar inteiramente uns com os outros nem ser solidários como grupo (ZINKER, 2001).

Para Ribeiro (2007), a confluência pode ser compreendida como um mecanismo no qual um membro da família se liga intensamente aos outros, o que acaba por levar a dificuldade de distinguir o que é dele e o que é do outro. Este tende a anular as diferenças para assim sentir-se melhor e igual aos outros e, apesar do sofrimento envolvido, acaba aceitando princípios e ações do meio externo. Posiciona-se sempre agradando aos outros, mesmo não tendo sido chamado e, com medo do afastamento, prefere estar em grupo, agarra-se fielmente aos outros, ao seguro, concordando até que escolham por ele situações que não gostam.

Por fim, Zinker (2001) acredita que as resistências podem ser compreendidas como mecanismos contra uma possível dor psíquica, ansiedade, grande desconforto e rejeição. Em contrapartida podemos observar também o preço pago pelos membros que adotam este mecanismo, tal como inquietude, falta de brilho intelectual, energia exaurida, depressão, perda de humor e da capacidade de brincar, e uma sensação de que as coisas quase nunca trabalham para a contentamento de todos.

4. – O ATENDIMENTO FAMILIAR NA ABORDAGEM GESTÁLTICA

Neste capítulo continuaremos utilizando como autor base Zinker (2001), por acreditarmos que dentro da abordagem gestáltica o mesmo desempenhou um belo trabalho ao abordar o atendimento familiar em sua teoria e prática de forma clara e dinâmica.

Para Zinker (2001), no momento em que uma família chega para a terapia um dos primeiros passos do terapeuta é pedir que os membros desta família conversem uns com os outros, para que assim possam realizar o contato inicial. Podemos compreender como uma das grandes tarefas do terapeuta se dispor observar com bastante cuidado tudo aquilo que está diante dele, tudo que vê, escuta e experiencia naquele dado momento com eles. No instante em que algum fato se torna figura, o terapeuta deve escolher, assim, como conduzirá a família sobre essa *awareness*. Podemos apontar algumas formas de atuações: o terapeuta pode pedir que a família converse sob algum experimento para ampliar sua observação ou ensinar algum comportamento novo relacionado à sua observação. O grande objetivo da terapia é proporcionar a família conhecimento a respeito de sua dinâmica e, assim, possibilitar algumas mudanças.

Podemos compreender que o atendimento de família possui uma dinâmica diferente dos outros tipos de atendimento, uma vez que abarca um maior número de pessoas. Deste modo, este tipo de terapia demanda que o espaço de trabalho seja mais amplo para acolher uma família de forma confortável. E é fundamental observarmos a composição do ambiente para que os membros não necessitem sentar-se no mesmo lugar sempre, ou até mesmo durante a própria sessão (ZINKER, 2001).

Como um dos grandes impasses do atendimento familiar podemos citar a escolha do horário. Por envolver um maior número de pessoas, grande parte das vezes é difícil conciliar um horário que seja ideal para todos. Desta forma, geralmente o terapeuta necessitará conduzir a terapia sem um dos seus integrantes. Nestes casos, o terapeuta pode optar por trabalhar com partes da família, tendo, assim, que ficar ainda mais atento à dinâmica e às questões da família para que o trabalho não sofra nenhuma interferência, tentando sempre encontrar o melhor meio para esta família (ZINKER, 2001).

Sobre o tempo de duração das sessões de família Zinker (2001) acredita que muitas vezes os encontros são realizados com mais de uma hora de duração e que o tempo das sessões depende muito do número de membros que cada família possui, desta forma sessões mais longas não são muito incomuns. Já o tempo de duração da terapia, ou seja, o número de encontros, pode ser menor que na terapia individual. Nestes casos, com apenas um, dois ou três

encontros já é possível alcançar o que se espera da terapia de família. Em alguns casos a compreensão do processo da família pode ser um objetivo a ser alcançado, de modo que quando a família consiga ajustar-se por si mesma, finalize a terapia com possibilidades de se trabalhar quando se faz necessária a mudança.

Como o processo de trabalho com famílias envolve um número maior de pessoas, este exige do terapeuta um maior cuidado e habilidade em seu desenvolvimento devido ao maior número de questões que podem surgir. Para o terapeuta não é relevante quão complexa a dinâmica da família seja, uma vez que todas são compreensíveis e o trabalho psicoterápico permanece sendo basicamente o mesmo. Porém, a terapia de família possibilita muito mais aspectos de formação de figura devido ao potencial de diferentes subsistemas (esposa-marido; esposa-filho; marido-filho; filho-filho); e também devemos levar em consideração as questões que envolvem maior ou menor poder (ZINKER, 2001).

Para Zinker (2001), os subsistemas formados pelos adultos possui mais poder que os formados pelos filhos, ou pelo menos o autor acredita que idealmente deveriam ter. Para ele, os terapeutas precisam ficar atentos a maneira como o poder é utilizado entre os subsistemas, uma vez que o número de membros da família gera diversas combinações com potencial de interação.

Como as famílias são formadas por um número maior de pessoas, nestes sistemas acabam por ocorrer um número maior de ações e os fatos geralmente são mais rápidos. Para que a família se volte para um objetivo ou projeto em comum, é necessário que a *awareness* neste sistema seja suficiente para tal, uma vez que se existir pouca troca de informação, se os pais não se comunicarem, não expressarem sentimentos e pensamentos, se as perguntas forem desencorajadas isso passa a ser um obstáculo para alcançar o objetivo (ZINKER, 2001).

Segundo Zinker (2001), os co-terapeutas muitas vezes possuem a tarefa de espelhar os sistemas com que trabalham. Para o autor este fato da co-terapia é de grande relevância no momento em que os terapeutas trabalham com sistemas complexos. No instante que os co-terapeutas se tornam confluentes, cada um com um membro da família, as interações do terapeuta com o co-terapeuta serão similares às dos clientes. Esta fonte de dados observados sem *awareness* e depois analisadas, refletidas, e levados em consideração, possui maior utilidade no momento em que a família parecer confusa para os terapeutas. Assim, podemos compreender que nenhum modelo claro surge até que os co-terapeutas analisem suas próprias atitudes e notem que estão inconscientemente espelhando a família que no momento estão aconselhando.

Para Zinker (2001), cada terapeuta irá apresentar sua própria maneira de conduzir as sessões, uma vez que a atuação profissional está ligada aos princípios individuais apresentados por cada sujeito. A seguir citaremos alguns princípios orientadores apresentados pelo autor:

1 – Celebrar o bom funcionamento: Durante as sessões o terapeuta pode celebrar o bom funcionamento da família, uma vez que um sistema familiar saudável sustenta a si mesmo ao conhecer suas potencialidades. Frequentemente podemos observar que as famílias não conseguem compreender o que realizam bem, e a tarefa do terapeuta neste momento é auxiliar os membros da família a enxergarem tudo aquilo que realizam com potencial saudável, e assim possibilitar ao sistema algumas mudanças em seu comportamento.

No instante que o terapeuta destaca tudo aquilo que a família realiza bem, os membros passam a se interessar em observar aquilo que estão fazendo, apresentam menos medo do processo terapêutico e acolhem melhor seu potencial para mudança. A atitude da família de reconhecer o seu bom funcionamento proporciona suporte ao sistema e à tarefa de enfrentar os aspectos negativos ou disfuncionais da dinâmica familiar.

De acordo com Silveira (2005), a terapia pode auxiliar as famílias a reorganizarem seus conflitos e desordens utilizando seu potencial de criatividade na resolução dos problemas. Durante todo o processo terapêutico, o potencial e capacidade da família como um todo é analisado e assim o terapeuta proporciona o suporte necessário para a transformação. Diante deste suporte é esperado que os membros reflitam, experimentem e estabeleçam um novo contato com a sua dinâmica familiar.

Conforme Zinker (2001), podemos apontar que a tarefa de viver em família é algo difícil e que nenhuma família consegue viver um nível ideal de funcionamento constantemente. Neste contexto, cabe ao terapeuta a tarefa de reconhecer e celebrar o “suficientemente bom” e não esperar deste sistema familiar a perfeição. Os terapeutas, durante as sessões precisam ficar bastante atentos e parabenizar a família quando notarem qualquer movimento de criatividade ou dedicação.

2 – Definindo a Família: Durante as sessões o terapeuta deve levar em conta que a definição de quem faz parte de uma família muda frequentemente, e os limites modificam-se de acordo com os diversos acontecimentos da vida. Podemos apontar que a *awareness* fenomenológica é algo a ser observado mais que os dados estruturais, uma vez que indica ao terapeuta sobre como aquela dada família está funcionando naquele momento.

Para Zinker (2001), esta tarefa de observar quem faz parte da família e do que a mesma é constituída necessita de uma definição criativa e não cristalizada da família, que em dado momento pode compreender amigos, parentes distantes e “agregados”. Por agregados podemos

abarcam pessoas que parecem não constituir esta família, porém, na realidade, desempenham uma função importante no sistema. Neste caso, não é preciso que seja uma pessoa muito ativa, que realize algo de bom ou que traga problemas para gerar alguma transformação. Em algumas situações, uma pessoa pode gerar algo a este sistema meramente por existir. No momento em que o terapeuta aprende a redefinir constantemente a família, o mesmo consegue ampliar seu campo de observação e, assim, expandir também seu meio de intervenção, além de desenvolver melhor um trabalho com a família nuclear.

De acordo com Zinker (2001), o terapeuta deve sempre considerar que as famílias possuem ciclos de vida e dessa maneira conduzir as sessões analisando as necessidades dos adultos e dos filhos em cada fase do desenvolvimento. O poder de transformação do sistema familiar ocorre com o passar do tempo e devemos destacar que essas mudanças não acontecem no consultório e sim do dia-a-dia, acreditando que a família desenvolve novas soluções para seus problemas.

Complementando esta ideia, podemos apontar que é esperado que ocorra transformações no sistema familiar com o passar do tempo, e essas mudanças são aguardadas em todos os sistemas abertos. Para isto o terapeuta deve compreender os estágios de desenvolvimento das famílias e as transformações que são confiadas a cada faixa etária. Assim, as intervenções devem ser realizadas de acordo com tais estágios (ZINKER, 2001).

Para Zinker (2001), cada sistema familiar é tão único quanto cada membro individual. Por este motivo a condução do terapeuta deve sempre considerar que cada família apresenta sua própria configuração experiencial e estrutural e que o desenvolvimento da *awareness* familiar sobre seu comportamento pode gerar um estímulo para a transformação. Deste forma, possui seu modo exclusivo de lidar com os acontecimentos da vida, alguns subsistemas se encontram com maior ou menor constância, alguns membros são mais respeitáveis e outros menos.

A contratransferência pode ser considerada um acontecimento no qual as observações e a forma de conduzir do terapeuta em determinado sistema familiar estão diretamente ligados as suas experiências pessoais em seu próprio casal, meio familiar atual ou em sua família de origem. As intervenções terapêuticas que utilizam como base as contratransferências geralmente estão relacionadas não tanto às necessidades do sistema familiar em questão, mas às situações inacabadas da própria vida do terapeuta. Os fenômenos de contratransferências podem ser apontados como sendo originados de todas as experiências vivenciadas pelos terapeutas e não apenas das situações inacabadas ou distorcidas em seus contextos familiares (ZINKER, 2001).

Para Zinker (2001), cabe ao terapeuta sempre ficar atento às suas próprias reações no que se refere a família. E principalmente no momento em que: reagimos depressa demais com um comentário ou uma opinião; sentimos “amor” ou “ódio” intensos por uma família, por um casal ou por uma pessoa; estamos convencidos do que “é bom” para determinada família, sem dedicar muito tempo a observá-la, fazer perguntas e descobrir suas competências, suas dificuldades e sua história passada; começamos a discutir com um membro da família e não conseguimos voltar atrás, ou quando assumimos uma postura particularmente rígida com uma família; sentimos que uma família é “ótima” e não precisa ser examinada criticamente; toleramos um comportamento excessivamente abusivo ou qualquer comportamento extremo porque ele lembra o nosso próprio passado e nós supomos que “todas as famílias tendem a fazer isto”.

Conforme Zinker (2001), o objetivo do terapeuta não é transformar a configuração ou a dinâmica de uma família específica. O terapeuta deve sempre se dispor a observar se algum membro está sendo prejudicado ou se o sistema familiar não consegue desempenhar o que de fato almeja e também se não consegue operar como uma unidade de trabalho.

O terapeuta deve sempre se lembrar que a família é uma unidade de trabalho e, desta maneira, o mesmo deve analisar com cuidado o contexto ou como uma subunidade do sistema desempenha suas tarefas cotidianas. Devemos nos lembrar que uma família possui a função de manter uma casa, criar os filhos, vesti-los e alimentá-los, e realizar todas as tarefas diárias da vida. Desta forma, deve possuir uma boa unidade de trabalho. Se por algum motivo o trabalho não pode ser alcançado, cabe ao terapeuta descobrir o que está acontecendo neste sistema (ZINKER, 2001).

De acordo com Zinker (2001) o papel do terapeuta é analisar completamente o sistema familiar ali apresentado. Grande parte das famílias reconhece melhor suas falhas e fracassos do que suas próprias capacidades e sucessos. O processo de *awareness* sobre seus pontos fortes a conduz a reproduzir o comportamento ajustado. Em contrapartida, a fixação nos problemas e nos fracassos não leva essencialmente à transformação positiva. O terapeuta deve encontrar meios de utilizar os pontos fortes apresentados pela família e assim superar seus pontos fracos.

3- Subsistemas da Família: Devemos ressaltar que todos nós somos intrapsiquicamente parte de um sistema que necessita operar como um todo coerente. No momento que um sujeito não age como um todo coerente, esse sujeito nota que suas partes se tornam incapazes de se juntar a uma figura única, a um pensamento claro ou um comportamento. As fronteiras em volta de cada subsistema compõem uma figura, e esta figura permanece modificada. Assim, todas as

combinações de interações são fundamentais, uma vez que cada uma possui a capacidade de complementar a vida da família (ZINKER, 2001).

Conforme Zinker (2001), uma família pode ser compreendida como sendo uma organização que possui diversos subsistemas, sendo eles apontados como flexíveis e em constante transformação. Podemos observar que para uma família ser compreendida como saudável, a mesma deve apresentar um maior número de subsistemas que possuem um bom funcionamento e assim o papel do terapeuta é auxiliar a família a observar a forma como se estrutura e as potencialidades desses subsistemas.

No momento em que o terapeuta se depara com uma família, o mesmo deve sempre analisar a forma como essa se organiza. Como os subsistemas se transformam? Como estão organizados? Quais sistemas possuem um bom funcionamento? Quais são evitados quando possível (ZINKER, 2001)?

Para Zinker (2001), os subsistemas da organização da família são essenciais tanto para o bem-estar, quanto para o sistema total da família. Desta maneira, o terapeuta em alguns momentos não irá trabalhar com o sistema total da família, mas sim com os subsistemas. Durante as sessões o terapeuta estará sempre ou trabalhando com o sistema todo ou com algum subsistema. Durante o processo terapêutico sempre que algum fato surgir como figura é com esse sistema que o terapeuta vai escolher trabalhar, quer ele abarque ou não a família completa.

Complementando este contexto, é fundamental que o terapeuta fique atento para não transformar um subsistema específico no paciente identificado, e que ele evite nomear um ou dois integrantes da família como sendo o ponto de todos os conflitos familiares. Devemos ressaltar que todos os membros da família contribuem em conjunto para o processo deste sistema, dessa forma não há como identificarmos um único subsistema como responsável pela desordem familiar. No momento que um subsistema melhora seu funcionamento, toda energia é redistribuída para o sistema total (ZINKER, 2001).

4 – Dinâmica Pai-Filho: Podemos compreender que a quantidade de proteção utilizadas pelos pais com os filhos é um grande indicador da saúde da família. Para que uma família possa ser vista como saudável é fundamental que o terapeuta promova a “terapia dos pais” como parte de suas intervenções no sistema familiar. Na medida que os filhos crescem, necessitam de quantidades diferentes de proteção, uma vez que proteção excessiva ou insuficiente é prejudicial para seu desenvolvimento (ZINKER, 2001).

Desta forma, podemos observar que o desequilíbrio, ou seja, o excesso ou a falta de proteção dos pais para com os filhos é um dos pontos mais observados nas famílias que apresentam alguma desordem familiar. Geralmente a grande parte dos pais saudáveis que

protege de forma excessiva irá perceber e voltar um pouco atrás, e se está protegendo muito pouco irá aumentar a proteção. Podemos apontar assim, que pais saudáveis estão sempre se movimentando neste espaço intermediário, e há um senso estático geral em sua tentativa de acertar (ZINKER, 2001).

Neste aspecto, a melhor intervenção que o terapeuta pode fazer é ampliar a *awareness* dos pais quanto à forma que estão se organizando, ao modelo que estão proporcionando, uma vez que as crianças aprendem com seus pais o que é ser adulto. É também fundamental, pois o medo infantil é incapacitante se não existir um subsistema adulto saudável. Não há como as crianças lidarem com todo o seu medo sem a segurança de pais saudáveis (ZINKER, 2001).

Para Zinker (2001), as crianças devem sempre assumir o papel de observadores e de ouvintes do processo dos adultos. Podemos citar que não é saudável que elas assumam a função de participantes ou “capacitantes” do processo familiar. O terapeuta de família apresenta como um dos objetivos de seu trabalho que os adultos adquiram a total responsabilidade pelas funções dos adultos e para a eliminação da “capacitação” por meio dos filhos. Assim, as crianças devem sempre ser espectadores do processo dos adultos.

Conforme Zinker (2001), nas famílias saudáveis podemos observar de forma nítida que o poder sempre está nas mãos dos adultos. O poder precisa ser bem administrado quando se encontra desigual. Podemos notar que os adultos das famílias saudáveis possuem mais poder e o utilizam de acordo com a idade de cada filho. Os pais geralmente utilizam-se de mais poder com as crianças menores e menos poder com os filhos mais velhos. Podemos apontar duas principais dificuldades que uma família pouco saudável apresenta: 1 – Não existe um foco de poder claro, nenhum princípio líder-seguidor, e assim a vida familiar é caótica. 2 – Existe abuso de poder, pois este é aplicado de modo inadequado em relação à idade das crianças envolvidas

Para Zinker (2001), os terapeutas possuem o papel de proporcionar um modelo para o uso do poder. De acordo com o papel que desempenham na família, eles podem ser mais ou menos intensos com relação a confirmar, reprovar, aconselhar, fornecer opiniões e princípios em relação ao contexto familiar. Porém, é claro que este poder sempre deve ser bem administrado. Famílias saudáveis necessitam que o terapeuta utilize menos o poder e já as famílias desorganizadas necessitam que o terapeuta assumam mais poder e uma liderança mais intensa para conduzir a família a alcançar um comportamento mais ajustado, que a estimule a atuar de maneira mais coerente (ZINKER, 2001).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este trabalho ressaltando que os objetivos inicialmente estabelecidos foram alcançados por meio da análise bibliográfica a respeito dos temas propostos, dentre eles podemos citar o percurso histórico da família, as mudanças sociais que contribuíram para a formação das famílias contemporâneas, tais como as modificações nos aspectos do casamento, as crises conjugais e o divórcio. Ressaltamos também o estudo sobre a contribuição da Gestalt-terapia, com destaque para a Teoria de Campo para a prática clínica do atendimento de família; os modelos de resistências familiar e suas funções e a dinâmica do atendimento clínico da família.

No decorrer do nosso trabalho, pudemos observar que a construção histórica e social da família passou por diversas transformações no decorrer dos anos, destacamos as modificações sofridas no papel e no valor atribuído às crianças, em que as mesmas no início não possuíam valor sentimental para os pais, o que foi sendo transformado aos poucos com as alterações políticas, econômicas e sociais.

Mencionamos também as mudanças sociais, as quais acreditamos terem contribuído de forma significativa para o surgimento da família contemporânea. Neste contexto destacamos alguns modelos, sendo eles: as famílias monoparentais, as famílias homoafetivas, as famílias adotivas, as famílias nas quais os netos são criados pelos avós e as famílias recasadas. O que podemos observar nestes diferentes modelos de família é que atualmente todos eles vem ganhando um espaço significativo em nossa sociedade, uma vez que, como já mencionamos, estes são consequências de todas as transformações sociais nas quais estamos vivenciando e, para tanto, nos adequando.

É neste momento que notamos em nosso trabalho, a extrema importância da terapia de família, uma vez que esta visa o auxílio dos membros com intuito que estes se adéquem da melhor forma a sua dinâmica, encontrando, dessa maneira, mecanismos funcionais para que sua relação tanto conjugal quanto parental sejam desempenhadas de modo coerente ao real papel que devem desenvolver e não àqueles exigidos socialmente.

Ressaltamos a terapia de família sob o enfoque da Gestalt-terapia e apontamos um breve resumo sobre abordagem gestáltica. Dentro das diversas teorias da Gestalt-terapia escolhemos destacar a Teoria de Campo por acreditarmos que esta seja a teoria que mais representa a contribuição da Gestalt-terapia para o atendimento de família.

Abarcamos também as resistências familiares e suas funções, pois observamos que as resistências não devem ser vistas apenas como fator contrário ao contato do indivíduo com o meio e sim como aspecto fundamental, como mecanismo defensivo, o qual possui função e força de preservar o sujeito. Desta maneira, destacamos os principais tipos de resistências, suas dinâmicas e características que podem ser observados nas famílias que chegam até nós nos consultórios, sendo elas: as famílias dessensibilizadas, as famílias projetivas, as famílias introjetivas, as famílias retroflexivas, as famílias deflexivas, e, por último, podemos citar as famílias confluentes.

No que se refere às questões específicas do atendimento de família, destacamos como sendo uma das grandes tarefas do terapeuta se dispor a observar com bastante cuidado tudo aquilo que está diante dele, tudo que vê, escuta e experiência naquele dado momento com eles. No instante em que algum fato se torna figura, o terapeuta deve escolher como conduzirá a família sobre essa *awareness*.

Analisamos ainda durante nosso trabalho que a terapia de família possui uma dinâmica diferente dos outros tipos de atendimento, uma vez que abarca um maior número de pessoas. Deste modo, este contexto acaba por demandar que o espaço de trabalho seja mais amplo para acolher uma família de forma confortável e é fundamental observarmos a composição do ambiente para que os mesmos não necessitem sentar-se no mesmo lugar sempre, ou até mesmo durante a própria sessão.

Vimos também como sendo um dos grandes impasses do atendimento familiar a escolha do horário. Geralmente o terapeuta necessitará conduzir a terapia faltando um dos seus integrantes pelo fato de não conseguir conciliar o horário e a data entre todos. Discutimos também sobre o tempo de duração das sessões de família e o tempo de duração da terapia, ressaltamos ainda os princípios orientadores, tais como: o celebrar o bom funcionamento, o definindo a família, o olhar do terapeuta sobre os subsistemas da família, e a dinâmica Pai-Filho.

Por fim, acreditamos que após analisarmos todos os aspectos que envolvem a terapia de família sob enfoque da Gestalt-terapia, podemos apontar que é impossível encerrar este tema e que diversos outros estudos de aprofundamento são imprescindíveis, uma vez que encontramos poucos estudos voltados diretamente para este assunto, o que acaba por justificar a importância de tal tema, o que reforça a necessidade ainda maior de articulação e aprofundamento dessas temáticas por meio de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, A. M. **Tendo que cuidar**: a vivência do idoso e de sua família cuidadora no processo de cuidar e ser cuidado em contexto domiciliar. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2001.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; BRAGA, Maria da Graça Reis. **Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas**. *Ágora*, Rio de Janeiro, vol.9, n.2, jul./dez. 2006.

ARÁN, M. *A psicanálise e o dispositivo diferença sexual*. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, vol.17, n.3, Dez. 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006.

CARDELLA, Beatriz Helena Paranhos. **O amor na relação terapêutica**: uma visão gestáltica. São Paulo: Summus, 1994.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica (Org). **As mudanças do ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GERONDO, Vanessa Luz dos Santos. **As avós idosas cuidadoras dos netos hospitalizados**. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Enfermagem – Mestrado em enfermagem, Curitiba, 2006. Disponível em <http://www.ppgenf.ufpr.br/Disserta%20C3%A7%C3%A3o%20VanessaGerondo.PDF>. Acesso em: 25. Jan. 2016.

GINGER, Serge; GINGER, Anne. **Gestalt**: uma terapia do contato. 5.ed.São Paulo: Summus, 1995.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe**: a crise do casamento contemporâneo. 1.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

MINUCHUIN, Salvador; NICHOLS, Michael P.; LEE, Wai-Yung. **Famílias e casais**: do sintoma ao sistema. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Leonidas De. **Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos**: a dinâmica das relações fraternas no recasamento. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), São Paulo: PUC-SP, 2005.

PASSOS, M. C. *Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família*. **Psicologia Clínica**, vol.17, n.2, p.31-40, 2004.

PINTO, Ênio Brito. **Elementos para uma compreensão diagnóstica em psicoterapia: o ciclo do contato e os modos de ser**. São Paulo: Summus, 2015.

PRADO, Luiz Carlos. **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

RAMIRES, Vera Regina Rohnelt. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 9, n. 2, p. 183-193, mai./ago. 2004

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica**. 5.ed.rev. São Paulo: Summus, 2007.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Conceito de mundo e de pessoa em Gestalt-terapia: revisitando o caminho**. São Paulo: Summus, 2011.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-Terapia: refazendo um caminho**. 8.ed.São Paulo: Summus, 2012.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-Terapia de Curta Duração**. 3.ed.rev.e ampl. São Paulo: Summus, 2009.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. **Família monoparental brasileira**. **Revista Jurídica**. Brasília, vol. 10, n. 92, Out/2008 a Jan/2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Re v92.pdf. Acesso em: 25.jan.2016.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 11, n. 2, p. 285-293, mai./ago. 2006.

SILVEIRA, Teresinha Mello. **Caminhado na corda bamba: a Gestalt-terapia de casal e de família**. 2005.

SHAFFER, David R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

SOUSA, Ana Paula. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar**. Universidade Estadual Paulista: Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Franca, 2008. Disponível em <http://200.145.119.5/posservicosocial/AnaPaula.pdf>. Acesso em:25.Jan.2016.

TRAVIS, Susan. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2003.

ZINKER, Joseph C. **A busca da elegância em psicoterapia: uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos**. São Paulo: Summus, 2001

